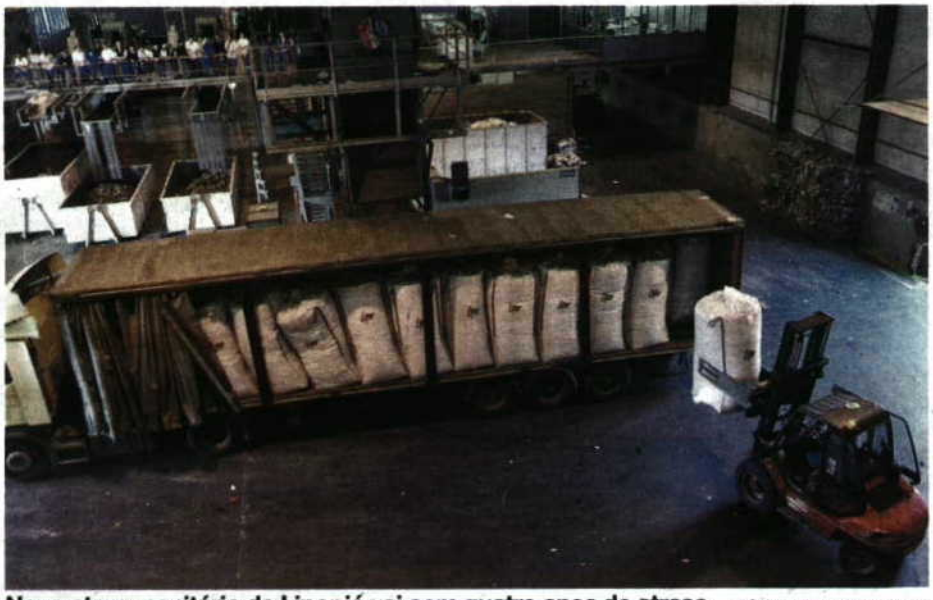
CISION

ID: 55458787

28-08-2014

Tiragem: 16000
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 48
Cores: Cor
Área: 13,18 x 25,82 cm²
Corte: 1 de 1



Novo aterro sanitário da Lipor já vai com quatro anos de atraso JOÃO ABREU MIRANDA/LUSA

Tribunal de Contas nega recurso da Lipor sobre aterro em PPP

TdC mantém que associação de municípios do Porto fez ajuste directo ilegal de 111,3 milhões de euros

JOÃO D'ESPINEY
joao.despiney@ionline.pt

O Tribunal de Contas (TdC) negou provimento ao recurso apresentado pela Lipor contra o chumbo ao contrato para a construção e concessão de um novo aterro sanitário na Póvoa do Varzim.

No acórdão publicado no final de Julho, os juízes conselheiros mantêm a decisão de que o ajuste directo de 111,3 milhões de euros (mais IVA) foi ilegal e "deveria ter sido adoptado um concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação".

Questionado ontem pelo *i*, o administrador-delegado da Lipor afirmou que o conselho de administração, apesar de não se rever "nas razões, no teor e na decisão do TdC, não deixará de se conformar com a recusa do visto". "Neste momento está em preparação a anulação do anterior procedimento e o lançamento de um concurso público internacional."

Trata-se de mais um episódio de um longo e estranho processo que começou em 2010, quando a Lipor – a associação de municípios que foi criada para gerir os resíduos sólidos do Grande Porto – decidiu lançar um concurso público para a construção e concessão do novo aterro sanitário. Foram oito os concorrentes a esta parceria público-privada, mas só os dois que apresentaram a proposta "economicamente mais vantajosa" passaram à segunda fase. O concurso acabou por ser ganho pelo consórcio liderado pela Mota-Engil pelo valor de 77,3 milhões.

Depois de já ter suscitado um pedido de suspensão da eficácia jurídica da decisão, o agrupamento de empresas vencedor não compareceu na data definida pela Lipor (a 6 de Junho de 2012). Só o fez no dia 19, mas recusou-se a outorgar o contrato. A Lipor decidiu então pela "caducidade da adjudicação".

Em Outubro, o conselho de administração decidiu então avançar com o projecto, mas por ajuste directo. Foram convidados seis consórcios, embora só três tenham apresentado propostas. O consórcio que veio a ganhar o contrato de concessão por um período de 26 anos, 5 meses e 22 dias por 111,3 milhões, liderado pela Ferrovial, tinha sido um dos concorrentes excluídos no concurso público inicial. O contrato foi assinado em Outubro de 2013, mas o Tribunal de Contas recusou dar o visto alegando "nulidade" e "ilegalidade".